

05 JUN 1968

Como o presidente será julgado

Ricardo Noblat

Foi assim quando Francisco Dornelles saiu do Ministério da Fazenda para dar lugar a Dilson Funaro. Uma vez mais foi assim quando a miragem da inflação zero jogou na ruas os cruzados de Sarney. Diferente, não foi quando o presidente declarou extinta a Aliança Democrática que elegeu Tancredo Neves e saiu cantando assinaturas de apoio ao seu governo. Foram tantas as ocasiões em que se anunciou, de fato, o início da administração do presidente José Sarney que mais uma agora, menos uma, não fará a menor diferença.



A liturgia das repetidas inaugurações é sempre a mesma. Registrado o episódio marcante, capaz de imprimir novo alento ao governo que parecia estar ladeira a baixo, fala-se, de imediato, em ampla reforma ministerial. Ela abriria espaço para abrigar os novos aliados do presidente — possivelmente, contemplaria o PTB com alguma coisa, de preferência um ou dois cargos no segundo ou terceiro escalão oficial. Sarney passaria a reunir as condições necessárias para adotar as duras e inadiáveis medidas de ordenamento da economia.

A história é velha e conhecida, como se sabe. Quando sai, a reforma ministerial acaba não sendo, propriamente, uma reforma. O PTB nunca entra no governo para valer. As medidas econômicas continuam sendo adotadas independentemente do evento que deu origem à impressão de que o governo funcionará bem e a pleno vapor a partir de agora. Sarney teve, pelo menos, duas boas oportunidades de recompor o governo ao seu gosto e de torná-lo coerente e, relativamente, homogêneo. A primeira foi em maio do ano passado, quando foi à TV e disse que governaria cinco anos.

A segunda oportunidade ele teve no final do ano passado, quando anunciou ao país que se esgotara a aliança das forças políticas que o tinham sustentado até então. Sarney jogou fora ambas. Os 21 meses que lhe restam de governo não são, efetivamente, 21 meses de poder. Parte deles se esgarçará quando for detonada a campanha para a escolha do próximo presidente. A promulgação da nova Constituição fará emergir um Congresso, extraordinariamente, fortalecido com a recupera-

ção das prerrogativas que perdera e com a obtenção de outras que nunca tivera.

O novo Congresso poderá, entre outras coisas, alterar o orçamento da União — incluído nele o orçamento de seguridade e os investimentos das empresas estatais. O governo não poderá mais legislar através de decreto-lei, nem poderá criar novas entidades públicas sem autorização do Congresso. A perda de receita da União que a nova Constituição produzirá vai obrigar o governo a gastar menos com transferências discricionárias de recursos para Estados e municípios. Concessões de emissoras de rádio e de televisão terão que ser ratificadas pelo Congresso.

Uma nova realidade de poder, em resumo, estará criada no país — e o Executivo é quem mais sairá perdendo com isso. Ruim para ele, melhor para o Estado democrático que se quer construir. Não se deve esperar, por isso mesmo, iniciativas ambiciosas do governo nem na área econômica, nem na área política. Reconciliado com a ortodoxia, o governo tratará da questão da dívida externa conforme o figurino do Fundo Monetário Internacional. Isso já está demonstrado. Poderá, se quiser, fazer mais para combater o déficit público. Não fará tanto assim.

Na área política, Sarney se empenhará em conservar perto dele o deputado Ulysses Guimarães, que tentará, gradualmente e sem fazer muito barulho, afastar o PMDB de um governo desgastado e impopular. Afinal, as eleições vêm aí. Separar-se de Ulysses, significaria para Sarney assistir à recomposição do PMDB que está prestes a perder a fatia que segue a liderança do senador Mário Covas. Sarney tentará fazer o seu sucessor. Dirá, mais tarde, que a História o julgará melhor.

A História, até, registrará o período de Sarney na Presidência como um dos períodos de liberdades democráticas mais intensamente vividos pelo país. Ela o julgaria melhor se Sarney tivesse compreendido que a garantia da transição política era a única obra que lhe caberia fazer. Como ele, definitivamente, não compreendeu isso, será julgado pelos cinco anos de mandato arrancados às custas de distribuição de favores, pelos mais altos índices de inflação alcançados pelo país até hoje e pela má gerência de uma reforma econômica que quase esgotou as reservas do tesouro nacional.

Recesso — Com o presidente em viagem e com o deputado Ulysses Guimarães em seu lugar, é bastante provável que a Constituinte não funcione nesta semana. Ninguém se arriscará a votar o explosivo artigo que trata da anistia aos militares.